



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

POLÍTICAS E AÇÕES DE INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE

BRUNA TELMO ALVARENGA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG

brunatelmoalvarenga@gmail.com

GIONARA TAUCHEN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG

giotauchen@gmail.com

IANNE MAGNA DE LIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG

iannemagna50@gmail.com

ELIANA ORTIZ CASTILLA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG

eliana_ortiz05@yahoo.es

Resumo: O presente estudo objetivou investigar as percepções dos docentes da Universidade Federal do Rio Grande – FURG sobre os processos de inclusão na universidade. A pesquisa é de natureza qualitativa, realizada por meio de entrevista semiestruturada com sete docentes que atuaram nos cursos de licenciaturas, com estudantes com deficiência cognitiva ou sensorial. A análise dos dados foi realizada através do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005; 2006). Concluímos que os docentes universitários reconhecem a importância da inclusão no espaço universitário, mas sugerem intensificar as ações dos Programas Inclusivos da FURG, ressaltando a importância do envolvimento da comunidade acadêmica na ampliação das ações inclusivas para construir possibilidades de reconhecimento e inclusão. Por fim, acreditamos na necessidade de potencializar a formação continuada e permanente entre docentes, juntamente com os programas inclusivos (NEAI e PAENE), potencializando a criação de uma universidade inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Superior. Programas inclusivos.

Introdução

Nas últimas décadas, são latentes as discussões acerca da inclusão e dos processos de inserção das pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas especiais (NEE) nos espaços educacionais (MITTLER, 2003). O conceito de inclusão expressa uma proposta de repensar a diversidade dos estudantes e suas diferenças individuais, isto é, implica adaptação, não somente das pessoas com deficiência à sociedade, mas principalmente dessa à diversidade dos indivíduos (EIDELWEIN, 2005).

Neste sentido, em meados da década de 1990, as tessituras legislativas vêm induzindo propostas inclusivas direcionando-se para a adaptação, principalmente, do sistema educacional. Com base nisso, cada instituição de Educação Superior, seja pública ou privada, tem a necessidade de proporcionar uma organização institucional e pedagógica que favoreça aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais, o processo de ensino e aprendizagem. Com essas orientações e para superar as dificuldades existentes e induzir a inclusão nas Instituições Federais, o Ministério da Educação – MEC, através da Secretaria de Educação Superior/SESu e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI, criou o Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior, previsto para o período de 2005 a 2011.

O Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior prevê atendimento educacional especializado em todos os níveis de educação. Em outras palavras, proporciona condições de acesso, participação e aprendizagem, na Educação Superior, através dos núcleos de acessibilidades. Entende-se que é um direito desses estudantes ter acessibilidade, monitores para auxiliar nas necessidades do estudante, os materiais didáticos e pedagógicos diferenciados, entre outros requisitos, que são adaptados para o acesso, a permanência e, também, para a formação acadêmica das pessoas com deficiência (BRASIL, 2008).

Além do Programa Incluir, em 2011, foi instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites, através do Decreto nº 7.612/11, no qual viabiliza articulação entre políticas, programas e ações inclusivas. O Programa Viver sem Limites garante: a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho; o acesso às políticas de assistência social; a qualificação dos sistemas de saúde voltados às pessoas com deficiência, entre outros. No campo educativo, especificamente na Educação Superior, o programa intenciona o fortalecimento do sistema educacional inclusivo, prevendo a ampliação dos núcleos de acessibilidade em todas as universidades federais (BRASIL, 2011).

Em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência, Lei nº 13.146 promovendo, em condições de igualdade, o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, nas esferas sociais e educacionais. Desse modo, a legislação afirma que deve haver um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de educação visando o aprendizado dos estudantes com deficiência ao longo de toda a vida.

Além disso, o texto legislativo reforça a inclusão na Educação Superior, intencionando o acesso, em termos de igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas, garantindo, também, a permanência, a participação e a aprendizagem, através da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. Dessa forma, os projetos pedagógicos das instituições de educação superior precisam adaptar e construir novos métodos e técnicas pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, garantindo o atendimento educacional especializado e o acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

A partir dessas inquietações, objetivamos investigar as percepções dos docentes sobre a inclusão de estudantes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, em decorrência dos processos inclusivos na

universidade, tendo em vista a necessidade de (re)conhecer as possibilidades e limitações das políticas inclusivas voltadas para as instituições de Educação Superior.

Abordagem metodológica

A orientação metodológica desta pesquisa é de natureza qualitativa, no qual propõe-se a realizar aproximações com o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2008, p. 21) que integram, nesta pesquisa, o processo de inclusão na universidade.

Optamos, em produzir os dados por meio de entrevistas semiestruturadas com os docentes da Universidade Federal do Rio Grande - FURG que atuam junto aos cursos de licenciatura, com matrícula de estudantes com deficiência cognitiva e/ou sensorial no ano de 2014. Foram selecionados dois (2) docentes de cada licenciatura que atuaram, no ano de 2014, com estudantes que apresentam algum tipo de deficiência cognitiva ou sensorial, vinculados ao Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidade Específicas – PAENE.

O cenário empírico desse estudo é a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no qual desde 2006 vem promovendo a inclusão das pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas especiais, através do Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas – NEAI. Para dar continuidade às ações de inclusão, a FURG, em 2009, criou o Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidade Específicas – PAENE, com a finalidade de favorecer o acesso à Educação Superior e à permanência de estudantes com deficiência através da efetiva inclusão no espaço universitário, respeitando o direito de cada estudante no espaço educacional. Desse modo, entende-se a relevância dos estudos sobre a inclusão e as propostas de educação inclusiva, voltadas para a organização das instituições de educação superior, no qual visa atender a demanda dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais incluídos neste espaço educativo.

A análise dos dados produzidos foi realizada através da análise do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005; 2006), no qual propõe-se a organização de dados qualitativos, de natureza verbal, decorrentes de depoimentos. Desse modo, o Discurso do Sujeito Coletivo 1 intitulado como “Inclusão na Universidade” analisa os sentidos que os docentes atribuem aos processos inclusivos na universidade, tendo como ponto de referência suas ações cotidianas com os estudantes incluídos. O Discurso do Sujeito Coletivo 2 “Programas Inclusivos e de Acessibilidade” discorre sobre como as universidades vêm sendo reorganizadas para atender o ingresso de estudantes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais.

Processos de inclusão na universidade: a sua multidimensionalidade a partir das percepções dos docentes universitário

Com base nessa percepção, as narrativas dos docentes universitários revelam que as iniciativas de inclusão dos estudantes com NEE nos cursos de nível superior são recentes, e por isso, acredita-se que as propostas de educação inclusiva implicam em um meio de adaptação e reestruturação das instituições de ensino, principalmente nas dimensões administrativas e pedagógicas.

Discurso do Sujeito coletivo 1: Inclusão na Universidade

Quadro 1: DSC 1

DSC 1: Inclusão na universidade
Os processos de inclusão, na universidade, são recentes. Por isso, a inclusão se torna um

desafio, porque tem uma questão a ser pensada: o que é inclusão? Ao colocar uma pessoa com deficiência, em uma sala de aula, com outras pessoas que não tem a mesma deficiência, isso é inclusão? Inclusão é integrar esse sujeito dentro do espaço da universidade. É um processo aberto, democrático. Penso que a inclusão no ensino superior é realmente importante, tem que existir, porque a universidade é um espaço que deve ser acessível a todos. Acho que deve haver, claro, a inclusão, mas desde que não acabe como na escola, uma inclusão excludente. Penso que eles têm que estar incluídos na universidade, mas não tem muito respaldo da universidade. Tem um desafio de como incluir, sem excluir. Acho que é uma dificuldade do professor, uma dificuldade da universidade, uma dificuldade de quem trabalha junto com ela, ninguém sabe muito bem como fazer. Em termos de universidade, nunca tive nenhuma orientação como trabalhar e nem em termos de formação. Então, uma das fragilidades que vejo é a instituição pensar nisso, como os professores pensam a inclusão desse sujeito. A forma de reorganização da própria universidade e ter esses cuidados na aula. Tinha que ter uma articulação maior com os professores e ser um processo menos burocrático para dar um atendimento melhor. Esse aluno tem o acesso, mas não tem a garantia que se efetiva, até mesmo porque não há essa preparação ou não ser uma coisa normal de acontecer, é um caso específico. Não sei se é preciso me reorganizar ou é uma discussão que nós temos que levar a nível institucional para a gente começar a pensar, porque tenho muita vontade de fazer outras formações que possam me ajudar, que possam auxiliar estar pensando sobre isso.

Fonte: Os autores.

[...] os processos de inclusão, na universidade, são recentes. Por isso, a inclusão se torna um desafio, porque tem uma questão a ser pensada: o que é inclusão? (DSC 1).

As universidades brasileiras começaram a organizar-se na perspectiva inclusiva a partir do processo seletivo de acesso dos estudantes. Para tanto, eram organizadas bancas especiais para o ingresso dos candidatos que possuíam deficiência e/ou necessidades especiais (MOREIRA, 2004). Em contrapartida, as universidades não criaram estratégias de acompanhamento dos estudantes, nem o desenvolvimento das práticas pedagógicas dos docentes para diminuir as dificuldades em relação à proposta de inclusão no ensino universitário.

Acredita-se que as propostas de educação inclusiva implicam em um meio de adaptação e reestruturação das instituições de ensino, principalmente nas dimensões administrativas e pedagógicas. Cabe salientar a importância da efetivação das políticas inclusivas, no espaço universitário, o qual orientará as IES a pensarem em outras estratégias para a construção de conhecimentos dos estudantes, dando conta de uma “multiplicidade representativa da própria sociedade, seguindo, assim, sua função social de formar sujeitos históricos, além de se apresentar como um espaço de efetivação de direitos de cidadania” (RATTS; DAMASCENA, 2004, p. 186).

No entanto, é necessário rever questões relativas ao acesso, à permanência, à organização institucional, para atender as demandas formativas dos docentes, estudantes, gestão acadêmica, entre outros segmentos. Nesse sentido, entendemos que a inclusão vem se construindo em um cenário de luta por direitos, integrando os indivíduos nos contextos sociais, culturais e educacionais. Por isso, entende-se que o acesso e a participação, da diversidade que envolve a vida humana, são direitos sociais e precisam ser reconhecidos (SANTOS 2000).

Para Honneth (2003) a luta por reconhecimento revela-se a partir da consciência de si mesmo, ao perceber sua própria ação, representada por uma segunda pessoa. Em outras palavras, o reconhecimento é uma autorreflexão e autoconsciência de si mesmo, mas que só é

possível em interação com os pares, a partir de conflitos gerados nas dimensões constitutivas em busca do reconhecimento pela diversidade. Honneth (2003) revela que o reconhecimento intenciona

a autoconsciência dependente da existência de um segundo sujeito: sem a experiência de um parceiro de interação que lhe reagisse, um indivíduo não estaria em condições de fluir sobre si mesmo com base em manifestações autoperceptíveis, de modo que aprendesse a entender aí suas reações com produção da própria pessoa (HONNETH, 2003, p. 131).

Deste modo, a autoconsciência está intrinsecamente relacionada aos sujeitos envolvidos com a universidade como docentes, estudantes, bolsistas, programas inclusivos, entre outros, reconhecendo-se a partir da interação com o outro (estudantes com deficiência e/ou NEE), desenvolvendo uma reciprocidade em relação ao respeito das diferenças e singularidades de indivíduos e grupos plurais. Esses entendimentos estão presentes no discurso dos docentes universitários, quando expressam suas percepções sobre a inclusão na universidade:

Inclusão é integrar esse sujeito dentro do espaço da universidade. É um processo aberto, democrático. Penso que a inclusão no ensino superior é realmente importante, tem que existir, porque a universidade é um espaço que deve ser acessível a todos (DSC 1).

No contexto da inclusão na universidade, entendemos que a universidade deve proporcionar a cidadania, a educação de qualidade, o conhecimento científico, a autonomia, o acesso, a permanência, entre outros. Nesse cenário, as Instituições de Educação Superior vêm mobilizando algumas questões para pensar a inclusão como a acessibilidade, a organização da instituição, repensando os processos de ensino, as expectativas de aprendizagens, o apoio aos docentes, entre outras.

Esses entendimentos, sugerem a necessidade de promover espaços de formação, de entendimento das políticas públicas elaboradas para a educação superior, bem como esclarecer sobre os tipos de deficiências e as necessidades educativas especiais, de modo que promova a compreensão individual e coletiva para construir um processo formativo que atenda as especificidades dos estudantes, visando principalmente a sua inclusão social e proporcionando o exercício participativo de sua cidadania (MAZZINI, 2004).

No entanto, os docentes universitários sinalizam alguns limites da inclusão no espaço universitário, ao relatarem que “[...] têm um desafio de como incluir, sem excluir” (DSC 1). A inclusão envolve dimensões que estão intrinsecamente relacionadas à formação do estudante com deficiência e/ou NEE, como a formação dos professores e discentes, a própria percepção do estudante com deficiência e/ou necessidades educativas especiais no espaço universitário, a acessibilidade, o processo de ensino e aprendizagem, entre outros. Percebe-se essas limitações no relato dos docentes:

Em termos de universidade, nunca tive nenhuma orientação como trabalhar e nem em termos de formação. Então, uma das fragilidades que vejo é a instituição pensar nisso, como os professores pensam a inclusão desse sujeito. A forma de reorganização da própria universidade e ter esses cuidados na aula. Tinha que ter uma articulação maior com os professores e ser um processo menos burocrático para dar um atendimento melhor (DSC 1).

Os discursos estão em consonância, quando se refere o atendimento dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais, demonstrando inquietações sobre como

conduzir o processo de ensino na universidade sem apontar e vitimizar os sujeitos. Acredita-se que o primeiro passo para uma educação inclusiva na universidade é reconhecer o outro como sujeito de possibilidades, para além das limitações físicas e/ou cognitivas, instituindo uma cultura inclusiva, partindo do princípio que cada sujeito é integrante desse espaço e, também, responsável em construir estratégias para superar a exclusão, como o preconceito, a discriminações por defini-lo como incapaz, os procedimentos didáticos pedagógicos, os espaços físicos, entre outros. Moreira esclarece que,

[...] é preciso considerar que a universidade pública hoje não pode ser tomada como a única responsável pela inclusão, mas como parte integrante da implementação de políticas públicas que garantam apoio financeiro às ações e iniciativas neste contexto. Paralelamente a essa situação, essas instituições precisam estar cientes da importância de expor às instâncias governamentais as limitações que enfrentam e de apontar encaminhamentos que devem ser tomados para que haja a garantia de acesso, ingresso e permanência desses estudantes, pois contam com profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, que podem contribuir com ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades educacionais especiais (MOREIRA, 2005, p. 41-42).

Deste modo, a universidade contribui com a socialização das políticas inclusivas e os conhecimentos produzidos, neste espaço acadêmico, sobre as deficiências e/ou NEE, proporcionando a reconstrução de percepções dos docentes, estudantes, a gestão da universidade, entre outros, decorrentes de um conhecimento prévio sobre os processos inclusivos. Para tanto, sugere-se que a reconstrução dos saberes da comunidade acadêmica seja a partir de uma ação coletiva, propondo-se a pensar na realidade contemporânea da universidade, bem como nas tessituras legislativas que sugerem práticas inclusivas, transformando a práticas dos atores sociais envolvidos neste processo.

Assim, é possível construir uma universidade inclusiva, mas é necessário construir meios para que os docentes e a comunidade universitária estejam mais próximos dos estudantes incluídos. Em outras palavras, desafiar-se em repensar e ressignificar as concepções sobre a docência, a universidade, as práticas inclusivas, os estudantes com deficiência e/ou NEE, entre outros, criando tempos e espaços que possibilitem a interação, entre os pares, crítica e criativa.

Em consonância com esta proposta, sugere-se a avaliação das ações inclusivas, intencionando-se rever os limites, possibilidades e desafios da inclusão, no viés da formação dos professores, a infraestrutura da universidade, nas dinâmicas de ensino, entre outros, para atender a demanda de estudantes com deficiência e/ou NEE. Desta forma, é possível construir outras propostas inclusivas de modo que contemple os docentes no processo de ensino com estudantes com deficiência e/ou NEE e a comunidade acadêmica. Isto fica bem expresso na fala dos docentes, quando revelam:

Não sei se é preciso me reorganizar ou é uma discussão que nós temos que levar a nível institucional para a gente começar a pensar, porque tenho muita vontade de fazer outras formações que possam me ajudar, que possam auxiliar estar pensando sobre isso (DSC 1).

Assim, a universidade inclusiva presume aos atores sociais envolvidos, em específico os docentes, orientações de como desenvolver possíveis intervenções pedagógicas para ensinar aos estudantes com deficiência e/ou NEE, ressignificando as aprendizagens no viés das potencialidades, capacidades e não somente as suas dificuldades.

É importante ressaltar que não existe uma única forma de como propor e organizar a instituição no viés da inclusão, mas, sim, muitas incertezas nesse processo. Por isto, deve-se ter como prioridade a formação dos professores e gestores da universidade para a inclusão,

referente às questões conceituais, procedimentais, atitudinais da educação especial e da educação inclusiva.

Este é o desafio: construir uma universidade inclusiva visando o reconhecimento da existência de uma diversidade humana, no qual todos têm a oportunidade de participar do desenvolvimento de conceitos, procedimentos e atitudes em consonância à permanência de pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais nas instituições educacionais e sociais. Deste modo, ressignificar as propostas das instituições de ensino, contribuindo para o acesso e permanência dos estudantes com deficiência e/ou NEE ao conhecimento.

Discurso do Sujeito coletivo 2: Programas Inclusivos e de Acessibilidade

Quadro 2: DSC 2

DSC 2: Programas Inclusivos e de Acessibilidade
<p>Se houver uma política para essa inclusão, ela deve haver uma política completa, uma preparação para isso, não simplesmente entregar a uma universidade, um pacote fechando de política de inclusão: virem-se. Conheço o Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas (NEAI) por nome, nunca fui no núcleo, ninguém me chamou. Poderia ter uma articulação maior, um apoio com os professores que trabalham, um diálogo maior. Alguns professores, não conhecem nenhum dos dois programas (NEAI e PAENE). O Programa de Apoio a Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE) não lembro exatamente. O NEAI, também, já tive várias reuniões com eles. Quando temos essas reuniões, eles se esforçam para entender como a coisa funciona. Mas, talvez isso não seja suficiente. A avaliação do NEAI seria buscar com os professores estratégias de como trabalhar melhor com essa inclusão. De repente, a partir do NEAI ou outro programa, ter algo com os professores, de como fazer essa inclusão ou até melhor explicar esse trabalho. A bolsista, que acompanha na sala de aula, acaba indo junto com ela para casa, elas pegam ônibus juntas, claro esse não é um trabalho dela, mas acabou tendo um vínculo afetivo muito grande e ela faz a mais além do trabalho dela. A primeira questão sobre a avaliação das monitoras é em relação da monitora aluna, acho que é um ponto que o núcleo poderia rever, que postura é essa que tenho que não é uma postura de proteção, mas de acompanhamento e apoio. É importante esses dois núcleos buscarem divulgar mais suas atividades e quais as atividades que desenvolvem, para tornar mais amplo para gente ter mais conhecimento e auxiliar o trabalho do docente. Na verdade, nenhum momento obtive informações a respeito de como trabalhar com esses alunos, da universidade. Isso atrapalha, gostaria de ter mais ajuda externa, sobre o que e como trabalhar com estudantes com deficiência.</p>

Fonte: Os autores.

As tessituras legislativas, pautadas na inclusão, vêm sendo consolidadas, paulatinamente, a partir das demandas que vêm sendo apresentadas no contexto social. No cerne da Educação Superior, as políticas inclusivas vêm se intensificando a partir de 2005, com a implementação do Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior, o qual orienta a criação ou reestruturação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais (MEC, 2013). A proposta tem como intenção diminuir a distância entre estudantes e universidade, integrando-os em todos os espaços da instituição, proporcionando condições de acesso e permanência dos estudantes com deficiência e/ou NEE, nas universidades federais. Nesta perspectiva,

a acessibilidade é um caminho para a inclusão do aluno com deficiência no contexto da universidade. [...]. As condições de acessibilidades presentes na estrutura física das instituições, devem estar relacionadas às políticas inclusivas das estruturas administrativas, que devem refletir uma atitude de luta contra a exclusão (MANZINI, 2005, p. 32).

Conforme o exposto, as propostas de acessibilidade nas universidades foram sendo ampliadas com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites, através do Decreto nº 7.612/11, o qual presume a articulação entre políticas, programas e ações inclusivas. O Programa Viver sem Limites intenciona o fortalecimento do sistema educacional inclusivo, prevendo a ampliação dos núcleos de acessibilidade em todas as universidades federais (BRASIL, 2011).

Deste modo geral, as universidades federais assumem um compromisso com as propostas de inclusão, em consonância com as políticas vigentes, atribuindo novos sentidos na organização institucional e pedagógica, proporcionando condições acessíveis para o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência e/ou NEE. Com base nos significados, os docentes universitários expressam: “se houver uma política para essa inclusão, ela deve haver uma política completa, uma preparação para isso” (DSC 2).

A FURG, enquanto Instituição Federal de Educação Superior, através do Programa Incluir, criou o Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas – NEAI como estratégia para consolidar ações que promovam a inclusão de estudantes com deficiência e/ou NEE no âmbito universitário, garantindo o direito de participação em todos os espaços e atividades, independente da deficiência e/ou NEE. Além disso, a FURG atenta a essas questões, criou outras estratégias de permanência dos estudantes na universidade: o Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidade Específicas – PAENE (2009), tendo como finalidade favorecer o acesso à Educação Superior e à permanência de estudantes com deficiência, oferecendo apoio pedagógico e psicológico, para estudantes incluídos no espaço universitário.

A universidade deve agregar às práticas inclusivas essas dimensões de ordem social, política, econômica, institucional, entre outras, que vão além do trabalho pedagógico, acolhendo-os e reconhecendo-os como seres humanos multifacetados, oferecendo aos estudantes com deficiência e/ou NEE uma educação orientada a partir das suas habilidades, necessidades e expectativas. Para os docentes, o NEAI e o PAENE “[...] se esforçam para entender como a coisa funciona. Mas, talvez isso não seja suficiente” (DSC 2). Para contemplar essa realidade, Honneth (2003) sugere o reconhecimento do outro, pois entende que é uma necessidade humana, intencionando-se para o respeito recíproco entre a diversidade de seres humanos.

Por isto, no contexto da investigação, a inclusão é um conflito que existe no espaço universitário, no qual criamos outras possibilidades para realizar e organizar ações inclusivas, pensando na relação com o outro (os estudantes com deficiência e/ou NEE), e/ou com si próprio, almejando assim o reconhecimento. Neste sentido, entende-se que

reconhecer não é apenas dizer que somos diferentes. Reconhecer é permitir que o outro que pensa diferente e que se apresenta de modos diversos tenha o direito à dignidade humana igual a todos em qualquer circunstância. [...] reconhecer é eliminar a desigualdade discriminatória e dar lugar ao acolhimento do diferente construindo com ele um convívio comunicativo, respeitoso, acolhedor, fonte de responsabilidade para a garantia da realização humana (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2013, p.8).

Desta forma, o significado do reconhecimento implica no respeito que as pessoas atribuem em ser reconhecidas a partir das suas capacidades e diferenças (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2014), proporcionando o desenvolvimento individual e coletivo dos

estudantes com deficiência e/ou NEE no espaço universitário. Os docentes universitários sugerem que “[...] poderia ter uma articulação maior, um apoio com os professores que trabalham, um diálogo maior (DSC 2). Neste sentido, percebe-se a importância de sugerir processos formativos aos docentes e gestão institucional e pedagógica, para atuar junto aos estudantes com deficiência e/ou NEE. Deste modo, os docentes avaliam os programas inclusivos na FURG:

[...] A avaliação do NEAI seria buscar com os professores estratégias de como trabalhar melhor com essa inclusão. De repente, a partir do NEAI ou outro programa, ter algo com os professores, de como fazer essa inclusão ou até melhor explicar esse trabalho. Pois, todas as informações acabo tendo da própria aluna (DSC 2).

Observa-se, a partir do relato, que a inclusão na Educação Superior apresenta-se como um novo desafio (PACHECO; COSTAS, 2005) tanto para os docentes como para a instituição. Os docentes sugerem uma maior divulgação, por parte da universidade, sobre programas inclusivos, de modo que contemplem as dificuldades dos processos de ensino e aprendizagem voltados para a inclusão. Isto é, eles se sentem desafiados em organizar as dinâmicas de ensino para os estudantes com deficiência e/ou NEE, pois “[...] faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com necessidades educacionais especiais matriculados [...]” (MENDES, 2006, p. 399), como o apoio pedagógico aos docentes.

A FURG sinaliza algumas ações coletivas por meio da construção das políticas inclusivas, da gestão institucional e dos programas inclusivos (NEAI e PAENE), juntamente com os atores sociais, assumindo um compromisso do reconhecer-se nesse processo inclusivo, de modo recíproco, por seus modos distintos de vida.

A ação coletiva representa um grupo de indivíduos que buscam interesses em comum (JUNIOR, 2007), ou seja, nesse contexto, são as políticas públicas para a Educação Superior, a gestão institucional e pedagógica da universidade (docentes, coordenadores dos cursos de graduação, estudantes, técnicos administrativos, etc.), os programas inclusivos (apoio pedagógico e psicológico, bolsistas, etc.), a comunidade acadêmica, entre outros atores sociais envolvidos no reconhecimento dos estudantes com deficiência e/ou NEE através da inclusão na universidade. Neste sentido, os docentes sugerem que a “relação da monitora aluna, acho que é um ponto que o núcleo poderia rever, que postura é essa que tenho que não é uma postura de proteção, mas de acompanhamento e apoio [...]” (DSC 2). Ou seja, é construir uma ação coletiva entre todos os que participam dos processos inclusivos na universidade e não somente dos bolsistas.

A FURG proporciona ações que intencionam um movimento dinâmico, no qual reconhece a diversidade humana, e tem, como fundamento, a igualdade na participação e na construção do espaço social e educacional (PAENE, 2014). Desta forma, entende-se que a inclusão não é somente inserir a pessoa com limitações ou dificuldades dentro do sistema de ensino, mas sim preparar esse ambiente para recebê-la (FERREIRA, 2007).

A gestão dos programas inclusivos na universidade, nesse contexto o NEAI e o PAENE, vem organizando as propostas, visando oportunizar e garantir a inclusão no espaço universitário como, por exemplo: a acessibilidade; melhores condições para o desempenho das atividades acadêmicas; o assessoramento das comissões de curso e dos docentes; rescindir as barreiras de comunicação (pedagógicas, psicológicas, didáticas e sociais), atitudinais e arquitetônicas; aprimorar os conhecimentos e técnicas do trabalho com estudantes com deficiência e/ou NEE, junto aos bolsistas de apoio pedagógico do Programa de Ações Inclusivas (PROAI), entre outras atividades (FURG, 2014). Os docentes universitários sugerem:

É importante esses dois núcleos buscarem divulgar mais suas atividades e quais as atividades que desenvolvem, para tornar mais amplo para gente ter mais conhecimento e auxiliar o trabalho do docente (DSC 2).

Por isto, faz-se necessário a reorganização da gestão institucional e pedagógica da universidade e dos programas inclusivos para construir, juntamente com os docentes que atuam ou atuaram com estudantes com deficiência e/ou NEE, outras possibilidades para a inclusão, adaptando-se às mudanças que vêm ocorrendo a partir do meio social e educacional.

Portanto, acredita-se que as políticas públicas vêm mobilizando-se para proporcionar a inclusão nas universidades. Em consonância com as políticas inclusivas, os programas inclusivos, no contexto da FURG, o NEAI e o PAENE contribuem para a acessibilidade e a reorganização das propostas institucionais e pedagógicas da universidade, mediados por ações coletivas, integrando docentes, estudante, gestão universitária, entre outros, é possível, criando apenas estruturas e orientações para efetivar a acessibilidade e a inclusão (MITTLER, 2003).

Conclusões

A partir dos discursos que emergiram da análise de dados, ampliamos nossas compreensões sobre os diferentes sentidos dos processos de inclusão, bem como a consolidação dos programas inclusivos voltados para as universidades. Dessa maneira, as reflexões nos direcionam a pensar sobre as percepções dos docentes universitários diante as políticas de inclusão na universidade.

A partir do estudo e discussões realizadas, percebemos a importância das propostas de inclusão voltadas para as instituições de Educação Superior. Por isso, reconhecemos que a inclusão na universidade é recente, e vem sendo consolidadas pelas ações dos programas inclusivos na universidade, orientados pelo Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior.

Desse modo, a inclusão no contexto do estudo, são decorrentes da implantação do Programa Incluir na Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Notamos que, desde 2006, o Programa Incluir consolidou-se através do Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas – NEAI, organizando estratégias de permanência, desenvolvendo estudos e ações inclusivas em consonância com o compromisso social da FURG. Além disto, em 2009, a FURG criou o Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidade Específicas – PAENE, como finalidade contribuir com o acesso à Educação Superior e à permanência de estudantes com deficiência, objetivando a efetiva inclusão no espaço universitário e respeitando o direito de cada estudante neste contexto.

As percepções dos docentes sobressaem que o NEAI e o PAENE, em consonância, criaram diferentes possibilidades para contribuir com a inclusão no espaço universitário. Isto é, os programas inclusivos possibilitaram a acessibilidade aos estudantes com deficiência e/ou NEE nas dependências do campus universitário, desenvolvendo condições acessíveis no acesso, participação e permanência dos estudantes com deficiências e/ou necessidades especiais na universidade.

No entanto, os docentes expressam a necessidade de intensificar a divulgação das ações do NEAI e PAENE, uma vez que é importante o envolvimento e a participação da comunidade acadêmica na ampliação das ações inclusivas, juntamente com docentes, coordenadores de curso, bolsistas e estudantes com ou sem deficiência e/ou NEE, assim, contribuindo com a construção de uma efetiva Educação Inclusiva na universidade. Além disso, acredita-se que as ações desenvolvidas pelos Programas inclusivos da FURG

necessitam de monitoramento/avaliação permanente, isto é, um acompanhamento para verificar se estão sendo alcançadas as propostas e objetivos do Programa Incluir na universidade e as necessidades decorrentes.

Por fim, sugerimos: a necessidade de processo de ensino com estudantes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais sejam pensados como potencialidades formativas permanentes, pois entende-se que a formação é um processo dinâmico, inacabada e transitória, sempre em processo de construção de si; uma cultura inclusiva, é necessário o fortalecimento dos programas inclusivos, o NEAI e o PAENE, partindo das proposições que cada estudante é integrante do espaço universitário e construir estratégias para superar a exclusão, como o preconceito, a discriminações, entre outros; por último, é importante que os estudantes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais sejam respeitados, por isso, é preciso reconhecer o outro pois entende-se que é uma necessidade humana, para o respeito recíproco entre a diversidade de seres humanos. Deste modo, é possível pensar e organizar processos formativos permanentes, contribuindo com as inquietações dos docentes diante ao processo de ensino com estudantes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais.

Assim, finalizamos o estudo acreditando que este assunto não se esgota com os resultados desse estudo, e outros que vêm sendo realizados, pois ainda há possibilidade de outros esforços investigativos sobre a inclusão na universidade e a consolidação/construção de programas inclusivos que gerando efeitos para que não ocorra a exclusão nos espaços universitários.

Referências

- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 De Julho de 2015*. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- _____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96*. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.
- _____. *Lei nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989*. Apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde.
- _____. *Decreto-Lei nº 7611/11*. Dispõe de atendimento educacional especializado.
- _____. *Decreto nº 7.612, de 17 de Novembro de 2011*. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.
- _____. Ministério da Educação. *Decreto nº 5.773, de 9 de Maio de 2006*. Exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- _____. *Decreto nº 6.949. 25 de Agosto de 2009*. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- _____. *Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- _____. *Resolução nº1, de 18 de Fevereiro de 2002*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.
- _____. Ministério da Educação. *Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior*.
- _____. Universidade Federal de Rio Grande. *Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas*. Disponível em: www.neai.furg.br/
- CENCI, A.V.; DALBOSCO, C. A.; MÜHL, E. H. (Orgs.). *Sobre filosofia e educação: racionalidade, reconhecimento e experiência formativa*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014.

- FERREIRA, M.E.C. *O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 543-560, 2007. MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: Contextos sociais* / Peter Mittler; Tradução Windyaz Brazão Ferreira. – Porto Alegre: Artmed, 2003.
- GLAT, R.; OLIVEIRA, E. da S. G. *Adaptações Curriculares*. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro. Banco Mundial, 2003.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Ed. 34, 2003.
- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. O sujeito coletivo que fala. *Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.10, n.20, p.517-24, jul/dez, 2006.
- _____. *Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*/ Fernando Lefèvre; Ana Maria Cavalcanti Lefèvre. – 2 ed. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. *Inclusão: Compartilhando saberes*. Lúcia de Araújo Ramos Martins [et al.] organizadores. 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MANZINI, Eduardo José. Inclusão e Acessibilidade. *Revista da Sobama*, nº 1, vol. 10, p. 31-36, 2005.
- MENDES, E.G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E.J. (Org.) *Inclusão e acessibilidade*. Marília: ABPEE, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2008.
- _____. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência* / Edgar Morin; tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MOREIRA, L.C. In(ex)clusão na Universidade: o aluno com NEE em questão. 2005. *UFMS: Cadernos*. Edição: 2005 nº. 25, 2005.
- PACHECO, Renata Vaz; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. *Revista do Centro de Educação*, Santa Maria, nº 27, 2005.
- SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do Ensino Superior na proposta de uma Educação Inclusiva. *Revista Movimento – Revista da Faculdade de Educação da UFF* – no. 7, p. 78-91, 2003.
- SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no Ensino Superior. *Revista Brasileira Educação Especial*, Marília, v.16, n.1, p.127-136, 2010.
- SILVA, A. N O.; ALVARENGA, B. T.; TAUCHEN, G.. Inclusão das pessoas com deficiência na universidade: a efetividade do programa de apoio aos estudantes com necessidades específicas (PAENE). *Anais do XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU*. Florianópolis/ Santa Catarina, p. 1-15, 2014. HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2005.